

## Detentas de penitenciária recebem serviços do Justiça Itinerante

Notícia publicada por Assessoria de Imprensa em 29/08/2022 13:09



B.B. tem 28 anos e está presa no Instituto Penal Oscar Stevenson, em Benfica, Zona Norte do Rio, por extorsão. Em 2015, ela teria passado os dados da própria conta bancária para uma prima que dizia precisar fazer depósitos. O que ela não sabia, segundo conta, era a origem do dinheiro: sequestros relâmpagos. Acabou condenada por extorsão. Nunca mais ouviu falar da prima, mas sente saudades dos filhos (um de 10 e outro de 8 anos) e do namorado Wallace, de 36 anos – apesar de ele ir visitá-la toda segunda-feira.

“Ela trabalhava com eventos de festa. Depois de tudo isso, é muito difícil ficar longe dela”, disse Wallace.

Já pensando na vida depois da cadeia, B.B. decidiu oficializar a união durante a visita do projeto Justiça Itinerante. Certidão de casamento na mão, ela já faz planos para o futuro.

“Estou ansiosa para sair porque consegui um trabalho, só falta o juiz assinar para eu trabalhar na Fundação Santa Cabrini no setor de costura, no Rio Comprido. Ao sair espero melhorar da minha depressão, emagreci 20 quilos, e quero agarrar meu futuro marido que vai me buscar e as crianças”, disse ela.

A juíza Camila Rocha Guerin, do 6º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, disse que a maioria dos casos atendidos dentro das penitenciárias femininas é de pedidos para guarda compartilhada dos filhos das detentas com outros parentes.

“Na prática, a maioria dos filhos das mães presas fica com as avós, raramente com os pais. Mas, na hora da visita, as crianças não conseguem entrar por falta de documentação adequada. Isso sem falar nas dificuldades de tomar decisões externas. Há casos de detentas que passam anos sem ver os filhos e sem saber que existe a possibilidade através da guarda compartilhada”, relatou a magistrada.

Foi o que C.O., de 22 anos, presa há pouco mais de um ano por roubo à mão armada, encontrou no Justiça Itinerante. A mãe dela finalmente conseguiu a tão sonhada guarda compartilhada dos dois filhos.

“A única sensação que tenho dentro do presídio se chama saudade e solidão ainda mais para quem tem filho”, contou.

Para Josilene, mãe de C.O., a guarda compartilhada vai eliminar uma série de dificuldades.

“Estou cuidando dos meus netos desde que ela foi presa. Agora posso trazê-los para visitá-la.

Além disso, no dia-a-dia, tenho dificuldade até para matricular os dois em uma escola”, disse Josilene.

Outra detenta que aproveitou a visita da equipe do Justiça Itinerante foi A.S., de 35 anos. Condenada por roubo, ela finalmente conseguiu regularizar o próprio nome em busca de uma vida melhor no futuro.

“Fui batizada Carmelita, mas a família do meu pai sempre me chamou de Andrea. Então, aos 13 anos, passei a usar esse novo nome. Só que isso sempre deu problema e nunca trabalhei por conta da documentação. Enquanto eu tiver dois nomes, dar o nome de Andrea e ter de Carmelita, eu nunca vou ser ninguém na vida. A porta da cadeia se abre para a gente, mas lá fora a cidade se fecha. Eu não quero que a porta da cadeia se abra sem direito a emprego. Eu quero uma carta de emprego para não voltar para a cadeia mais”, disse ela.

A juíza Camila Rocha Guerin ressaltou a importância da iniciativa.

“Para nós, magistrados, é muito bom e gratificante facilitar o acesso à Justiça e viabilizar que as detentas tenham acesso a esse direito e saibam do projeto. Saber que a Justiça não se resume na parte penal, que através dela é possível converter união estável em casamento, por exemplo, e aproveitar para tirar dúvidas de várias coisas que elas não sabem que têm direito”, explicou a magistrada.

SV/MB